

municipal, questionando se há algum risco de que esses contratos não se efetivem ainda em 2020, em razão das tratativas de licitação e encaminhamento de processos. Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi explica que SPObras não estava participando da Comissão Técnica do Córrego da Água Branca e que, a partir do momento em que foi acionada, está interagindo com SIURB para buscar as informações necessárias e montar o escopo dos trabalhos, não sendo possível dar uma resposta específica nesse momento em relação à drenagem das ruas e vielas da Comunidade Água Branca. Sobre a Ligação Viária Pirituba Lapa, esclarece que o contrato como um todo está suspenso, com a paralisação de todas as ações, inclusive as de projeto. Reforça que, mesmo para as ações indispensáveis, foi necessário solicitar autorização ao Judiciário, ainda pendente de retorno. Em relação ao projeto de prolongamento da Av. Auro Soares de Moura Andrade, com previsão de publicação da licitação em 15 de julho, entende que existe grande chance do processo ser efetivado ainda neste ano de 2020, considerando que as licitações de concorrência técnica e preço costumam demorar cerca de seis meses entre o prazo regulamentar para apresentação das propostas, análises, recursos, até a assinatura do contrato. Pondera, porém, que pode ocorrer de virar o exercício. Já em relação ao projeto de drenagem das Bacias dos Córregos Sumaré e Água Preta, com previsão de licitação até 31 de agosto, considera que as chances de assinatura do contrato ainda em 2020 são menores, em decorrência dos prazos previstos, mas que estão sendo estudadas alternativas. Sra. Laisa Eleonora Marostica Stroher registra que já se sentiu contemplada com as respostas e retira o seu pedido de fala. Dando prosseguimento ao item II.a da Ordem do Dia, com o andamento das intervenções do Subsetor A1, Sra. Melina Gianonni de Araújo, Gerente de Planejamento e Projetos Urbanos da SPUrbanismo, apresenta os itens referentes à elaboração do projeto do Subsetor A1. Quanto à finalização do projeto básico da Unidade Básica de Saúde - UBS, Centro Educacional Unificado - CEU, Parque e Infraestrutura, informa que o cronograma de entregas das informações pela empresa contratada (Estúdio 41) e respectiva análise da SPUrbanismo precisou ser reajustado em decorrência das adaptações necessárias ao trabalho remoto, com previsão de conclusão em agosto de 2020. Sobre o licenciamento, informa que a Secretaria Municipal de Licenciamento - SEL solicitou complementações para a emissão da Certidão de Conformidade, tendo sido enviadas plantas e informações para continuidade do processo, ainda pendente de deliberação do órgão competente, o que exigiu a readequação dos prazos. Destaca avanços na manifestação do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura - DPH/SMC sobre o Plano de Urbanização do Subsetor A1, que será submetido ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - COMPRES; e também na instrução do processo de retificação da matrícula, com plantas e memoriais técnicos, que seguiu para a Procuradoria Geral do Município - PGM/DEMAP, responsável pela retificação da matrícula e regularização da situação fundiária do Subsetor A1. Em continuidade, Sra. Denise Lopes de Souza explica que foi encaminhado um cronograma detalhado aos representantes antecipadamente e que o cronograma exibido durante a reunião está num formato condensado para efeitos de apresentação, mantendo as mesmas previsões e atividades. Sobre as providências para licitação, informa que o Sr. Nilson Edson Leonidas, representante suplente da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB, está fazendo um trabalho intenso de atualização da data base das planilhas orçamentárias para o procedimento licitatório, a partir do levantamento de serviços e preços tanto de planilhas oficiais quanto de cotações em mercado. Destaca que o andamento dessa atualização foi impactado pela pandemia do coronavírus, tendo em vista a dificuldade de retorno das empresas com a cotação solicitada. Apesar disso, esclarece que os trabalhos, incluindo todo o detalhamento que acompanha a nova planilha, estão em andamento, com previsão de conclusão até o final do mês de julho. O procedimento licitatório está previsto para o segundo semestre de 2020, com possibilidade de contratação no início de 2021. Após esse prazo, tanto o projeto executivo quanto a execução da obra seguem o seu curso normal. Em relação ao Decreto de delegação de competência à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB-SP, para que a Companhia possa efetivamente proceder a licitação, informa que está sendo feita gestão junto à Assessoria Técnico Legislativa da PMSP e que o processo deve receber todas as assinaturas necessárias para a publicação nos próximos dias. Sra. Laisa Eleonora Marostica Stroher reforça pedido já feito anteriormente pelos representantes da sociedade civil para que seja programada atividade para apresentação mais detalhada dos produtos já entregues e ainda a serem entregues pelo Estúdio 41 e Núcleo Engenharia referentes aos equipamentos públicos e demais projetos do Subsetor A1, bem como de cronograma mais atualizado de cada uma das entregas. Sra. Jupira Cauhy menciona ter visto Decreto publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 12 de junho de 2020, entendendo tratar-se da delegação da execução de obras e serviços das HIS do Subsetor A1 à COHAB, e pede esclarecimentos a respeito. Sra. Denise Lopes de Souza manifesta desconhecimento sobre o conteúdo citado, informa que tem acompanhado o processo que trata da delegação das obras e serviços do Subsetor A1 à COHAB diariamente e que ainda não consta a publicação do respectivo Decreto. Diante disso, Sra. Jupira Cauhy fala que irá confirmar do que se trata a publicação mencionada. Pergunta sobre o processo de desmobilização da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET e sobre os encaminhamentos tomados a partir das informações fornecidas na Reunião da Comissão Técnica do Subsetor A1, realizada em 09 de março de 2020, considerando ser um ponto bastante importante. Menciona as cessiones de áreas públicas existentes no Subsetor A1: CET, Escola de Samba Mancha Verde e Escola de Samba Águas de Ouro, algumas com Termos de Permissão de Uso - TPU e outras sem, questionando como está sendo encaminhado o processo de saída dessas estruturas do local. Sr. Luis Oliveira Ramos explica que houve dificuldade para avançar na questão da desmobilização conforme anteriormente programado, com certo comprometimento até mesmo no contato com a CET nesse período, já que pessoas do grupo de risco foram afastadas do trabalho no início da pandemia e houve grande demanda relacionada à reprogramação de projetos emergenciais de expansão de ciclovias e questões viárias. Em relação à questão da UBS e CEU, informa há tratativas com os órgãos competentes para atualização dos projetos. Sra. Denise Lopes de Souza destaca que a equipe da Gerência de Planejamento e Monitoramento - GPM fez um levantamento completo das interferências existentes na área, avaliadas junto à equipe de SMT/CET, identificando as necessidades e prazos para viabilizar a Etapa 1 do Subsetor A1, que abrange a produção das unidades habitacionais e infraestruturas necessárias. Sra. Maria Teresa Stape Affleck, Gerente de Planejamento e Monitoramento da SPUrbanismo, complementa que, logo após a reunião da Comissão Técnica do Subsetor A1, foi elaborado cronograma bastante detalhado e preparada apresentação a ser feita para a equipe técnica de SMT/CET, com intenção de agenda para o mês de julho. Pontua que o cronograma prevê prazo ao longo do ano de 2020 para que ocorra a desmobilização e que o material preparado auxiliará nos próximos passos e no faseamento da obra. Sra. Jupira Cauhy pede cuidado no tratamento da desmobilização, inclusive em relação aos seus custos, por entender que é o ponto crítico para início das obras em julho de 2021, conforme cronograma apresentado. Solicita que os representantes do Grupo de Gestão sejam informados sobre o avanço desse item, para acompanhamento. Seguindo com o item II.a da Ordem do Dia, Sr. Guilherme Filocomo cumprimenta a todos e apresenta as informações repassadas pela Secretaria Municipal de Cultura - SMC sobre as etapas a serem seguidas para viabilizar a contratação do Levantamento do Patrimônio

Cultural. Destaca as etapas já vencidas, referentes à aprovação sobre o resultado do trabalho elaborado pela Comissão Técnica do Grupo de Gestão da OUCAB e sobre a destinação de recursos para contratação; à conclusão da pesquisa de preços pela SMC, em maio de 2020; e, a partir disso, a reserva com transferência de recursos no valor de R\$299.690,00. Informa que, no momento, SMC trabalha sobre o edital de licitação, com previsão de finalização em julho de 2020, seguindo com o procedimento licitatório e contratação prevista para novembro de 2020, com prazo estimado de sete meses para desenvolvimento dos trabalhos. Descreve, ainda, considerações feitas pela SMC relativas a dificuldades enfrentadas nesse período de pandemia, incluindo sobrecarga das áreas administrativas e jurídicas em decorrência da alteração de formato de contratação de atividades; dificuldade na realização de pesquisas que envolvem campo e contato com pessoas; e risco de tornar mais complexo o planejamento das empresas interessadas e também a execução dos trabalhos. Passando ao item II.b da Ordem do Dia, Sra. Maria Teresa Stape Affleck apresenta o Quadro Físico-Financeiro Geral, explicando trata-se de esforço para compilar todas as informações apresentadas sobre os aspectos financeiros e o andamento das intervenções. Destaca que o cronograma previsto para as intervenções em andamento com recursos de Outorga Onerosa do Direito de Construir - OODC, referentes à drenagem dos Córregos Sumaré e Água Preta, construção das 728 unidades habitacionais do Subsetor A1 e prolongamento da Av. Auro Soares de Moura Andrade, considera um espaço de tempo de execução até 2023. Chama a atenção para o acréscimo da intervenção prevista referente às Conexões da Av. Francisco Matiarazzi e Rua Tagipuru no quadro, considerando ser importante explicitá-la por fazer parte do escopo das intervenções a serem realizadas com recursos de OODC, no valor estimado de R\$46 milhões, apesar de não integrar o pedido de liberação de recursos nesse momento. No quadro de intervenções em andamento com recursos de CEPAC, descreve a situação da obra e gerenciamentos técnico e social da Comunidade Água Branca, em desenvolvimento com recursos parciais do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura - FMSAI; do Subsetor A1; do Levantamento do Patrimônio Cultural, informando que está destacado em amarelo por tratar-se de valor novo inserido ao planejamento e que o cronograma previsto será adequado para 2021, conforme as últimas informações prestadas por SMC; e do Corredor Viário da Zona Noroeste (Ponte e Corredor Av. Raimundo Pereira de Magalhães), cujo andamento, hoje encaminhado com recursos parciais do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB (R\$ 64.310.000,00 já transferidos para a obra), está paralisado. Informa também sobre as intervenções previstas, com investimento total aproximado de R\$4,4 bilhões, para conhecimento e monitoramento das ações ainda a executar. Sra. Jupira Cauhy relata as etapas das obras emergenciais já pagas na Comunidade Água Branca, sendo as Etapas 1 e 2 custeadas com recursos de CEPAC e as Etapas 3 e 4, com recursos do FMSAI. Questiona quais intervenções ainda estariam previstas, além da 5ª Etapa, para totalizar os R\$ 20.165.040,00 indicados no Quadro Físico-Financeiro, considerando que seria interessante detalhar as intervenções pagas e as ainda previstas. Pede, ainda, esclarecimento sobre os valores considerados no Quadro Físico-Financeiro para o gerenciamento social da Comunidade Água Branca com recursos de CEPAC. Sra. Denise Lopes Souza esclarece que o valor de investimento total previsto no item se refere à requalificação de toda a Comunidade Água Branca, não apenas às obras emergenciais. Explica que foi mantido o valor histórico previsto para o inciso II do artigo 9º da Lei Municipal nº 15.893/2013, ainda sem detalhamento dos serviços envolvidos. Considera ser necessário estudar e definir exatamente quais serviços irão compor a requalificação da Comunidade, tendo em vista, inclusive, futuras captações de recursos. Entende que o item Comunidade Água Branca deverá ser subdividido, tal como sugerido, detalhando as intervenções pertinentes à requalificação e diferenciando os recursos oriundos do FMSAI e de CEPAC utilizados nas obras emergenciais. Sra. Jupira Cauhy reforça que a definição e planejamento das intervenções são muito importantes para não desperdiçar os recursos da OUCAB. Considera que o fato de não haver um Plano de Urbanização prévio às obras emergenciais fez com que muitas intervenções tivessem que ser refeitas em etapas posteriores e que o debate feito com SEHAB nos últimos anos tem sido nesse sentido. Por essa razão, considera ser fundamental tratar o item Comunidade Água Branca mais detalhadamente, especialmente do ponto de vista dos recursos. Sra. Laisa Eleonora Marostica Stroher agradece pela incorporação de outras fontes de financiamento além dos CEPAC no Cronograma Físico-Financeiro, conforme solicitação anterior, considerando que a forma de apresentação ficou bem mais didática para compreensão. Sobre os recursos necessários para a finalização da Ligação Viária Pirituba Lapa, pergunta se há previsão ou solicitação ao FUNDURB do montante necessário para realização da segunda etapa da intervenção. Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi informa que já havia o compromisso de custeio das duas fases da obra de Ligação Viária Pirituba Lapa com recursos do FUNDURB, mas que buscará atualizar as informações a esse respeito a partir da suspensão das obras e da questão de reordenação dos fundos municipais em face da situação de emergência decorrente do coronavírus. Dando prosseguimento com o item II.c da Ordem do Dia, Sra. Denise Lopes de Souza faz breve introdução sobre o Plano de Trabalho Social, informando que, ao longo do ano de 2019, foi realizado trabalho intenso com SEHAB sobre a necessidade de elaboração do Planos de Trabalho Social para todas as Operações Urbanas, sendo desenvolvidas diversas oficinas para melhor compreensão das previsões de execução de obras e o trabalho social agregado. O Plano foi elaborado, então, como proposta de trabalho social a ser desenvolvido no âmbito da OUCAB, que demanda recursos, passando a funcionar também como elemento de monitoramento do trabalho realizado a cada trimestre. Nesse sentido, destaca que SEHAB fez uma nova licitação, em 2019, referente ao trabalho social a ser desenvolvido e que passou a adotar um novo formato de contratação, o qual estrutura o Plano de Trabalho Social que será apresentado para a OUCAB. Sra. Maria José do Prado Silva, representante titular da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB cumprimenta a todos e destaca a presença da Sra. Marina de Camargo, Assistente Social da Divisão Regional de Trabalho Social - Centro da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB/DTS-Centro e Presidente do Conselho Gestor de ZEIS, e da Sra. Lory Siqueira, Assistente Social da Gerenciadora Diagonal, que desenvolve o seu trabalho junto à SEHAB/DTS-Centro. Sra. Lory Siqueira cumprimenta a todos e passa a apresentar o trabalho social a ser desenvolvido na OUCAB, incluindo o Subsetor A1 e a Comunidade Água Branca. Destaca que a Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios LTDA é contratada para prestar serviços técnicos especializados de trabalho social, que deverão ser executados sob a responsabilidade da SEHAB, através do Contrato 020/2019. Explica que o trabalho é estruturado de acordo com Plano Municipal de Habitação - PMH e eixos instituídos na Portaria 464/2018 do Ministério das Cidades, sendo organizado em tipologias agrupadas por programas. Descreve o trabalho social em andamento na área e as etapas previstas para desenvolvimento do trabalho, detalhando as atividades subdivididas conforme os seguintes eixos metodológicos: Eixo 1 - Mobilização, organização e fortalecimento social; Eixo 2 - Acompanhamento e gestão social da intervenção/ empreendimento; Eixo 3 - Educação ambiental e patrimonial; Eixo 4 - Desenvolvimento Socioeconômico; Eixo 5 - Assessoria à Gestão Comunitária/ Organização do Empreendimento. Explica que no Subsetor A1 será aplicada a Tipologia 1A, referente a programa de provisão de unidades habitacionais sob a responsabilidade de SEHAB; e no Complexo Água Branca, a Tipologia 3B, referente a programa de provisão habitacional sob a responsabilidade de SEHAB, já em fase de pós-obras, detalhando o número de

blocos e número de domicílios de cada um dos empreendimentos. Apresenta a previsão orçamentária para o desenvolvimento do trabalho social no Subsetor A1 - Tipologia 1A, por um período de 36 meses, com valor total de R\$ 3.347.467,74, englobando desde recursos humanos, gastos diversos com equipamentos, até a elaboração dos relatórios e demais produtos. Informa que em maio de 2020, foi desembolsado o valor de R\$ 17.624,09 referente à entrega do Plano de Trabalho Social - PTS Preliminar e que as ações seguintes envolvem: a elaboração do PTS definitivo, já com a demanda habitacional definida (R\$ 30.090,69), para março de 2021; seis meses de trabalho pré-ocupação e seis meses preparatórios para a mudança das famílias (R\$1.235.606,43); a partir da mudança, trabalho do 13º ao 24º mês (R\$983.835,48); e finalização do trabalho de pós-ocupação, do 25º ao 36º mês (R\$1.080.311,05). Apresenta também a previsão orçamentária para desenvolvimento do trabalho social no Complexo Água Branca - Tipologia 3B, pelo período de 20 meses, em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no valor total de R\$ 570.839,21. Sra. Marina de Camargo explica sobre a necessidade de continuidade do trabalho social junto à Comunidade Água Branca, tanto no acompanhamento do Conselho Gestor de ZEIS quanto das obras emergenciais. Sra. Lory Siqueira destaca ainda a continuidade do trabalho de busca ativa, com a realização de plantões pontuais na área para entrega de termos de atendimento habitacional a famílias da Comunidade Aldeinha, para futuro atendimento definitivo no Subsetor A1. Demonstra imagens de ações realizadas junto aos moradores da Comunidade Água Branca para melhoria do ambiente e socialização dos moradores, bem como acompanhamento das obras emergenciais. Apresenta, por fim, a equipe técnica de SEHAB e da Diagonal responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos. Sra. Severina Ramos do Amaral da Silva, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro Expandido da Operação Urbana, pede esclarecimentos sobre as intervenções do trabalho social apresentadas. Pontua correções a serem feitas no Relatório encaminhado pela Diagonal, pedindo retificações sobre datas e acontecimentos históricos do Complexo Água Branca e das Favelas do Sapo e Aldeinha. Pergunta como foi estimado o valor total de cerca de R\$ 3 milhões para o trabalho social no Subsetor A1, solicitando maior detalhamento dos serviços abrangidos. Destaca que muito do trabalho desenvolvido nas etapas de check list e busca ativa pelas famílias ocorreu no Instituto Rogacionista com auxílio de representantes da sociedade civil, notadamente as Sras. Jupira Cauhy e Dulcineia Pastrello, solicitando maior presença e empenho da Diagonal nesse trabalho. Registra que os termos de compromisso habitacional ainda não foram entregues às 1.061 famílias oriundas das Favelas do Sapo e Aldeinha, que estão relacionadas em lista para atendimento habitacional definitivo. Pede, ainda, que seja desenvolvido trabalho no sentido de identificar a demanda e fornecer informações sobre as demais famílias que serão atendidas com unidades habitacionais pela OUCAB. Sra. Jupira Cauhy descreve os quatro documentos encaminhados antecipadamente aos representantes como subsídio aos itens de pauta que tratam do gerenciamento social (Respostas de SEHAB a questionamentos do Grupo de Gestão; Relatório "Trabalho Social nas Intervenções da SEHAB/DIAGONAL no Complexo Água Branca e outras áreas de abrangência"; parecer jurídico de SPUrbanismo sobre a restituição de recursos; e apresentação de SEHAB sobre o Plano de Trabalho Social), questionando qual seria a intenção de cada um deles, bem como o encaminhamento proposto para o item de pauta sobre o Plano de Trabalho Social. Sra. Denise Lopes de Souza esclarece que, em que pese os itens II.c e III da Ordem do Dia sejam voltados ao tema do trabalho social, tratam de questões distintas. Explica que o item II.c, objeto de discussão no momento, insere-se nas ações em andamento e não é ponto de deliberação, consistindo em apresentação do Plano de Trabalho Social desenvolvido, referente ao planejamento das ações futuras. Complementa, inclusive, que a apresentação poderá ser encaminhada de forma mais detalhada posteriormente, se for o caso. Esclarece que a intenção da apresentação é que o Grupo de Gestão tome conhecimento sobre o novo contrato que disciplina o trabalho social a ser desenvolvido na área da OUCAB; de que a Diagonal foi a empresa vencedora da licitação, ficando responsável pela execução dos serviços; e sobre o novo formato de contratação de SEHAB, que organiza o trabalho social a ser desenvolvido em eixos e tipologias gerais. Quanto ao valor questionado, explica que é resultado da estimativa feita a partir do detalhamento do trabalho social proposto para ser executado ao longo do tempo no Subsetor A1 e na Comunidade Água Branca. Destaca que o Plano de Trabalho Social apresenta dois cronogramas separados por envolver recursos de origens distintas conforme local e escopo das ações. Quanto ao Subsetor A1, informa ser um valor necessário, programado e que está considerado na previsão dos recursos desbloqueados. Esclarece, por fim, que os demais materiais enviados (Relatório de SEHAB/Diagonal, resposta a questionamentos do Grupo de Gestão e parecer jurídico) se referem ao próximo item de pauta (item III da Ordem do Dia), que diz respeito à deliberação para regularização da fonte de recursos utilizados no pagamento de serviços de trabalho social já executado em 2015 e 2016. Informa que tais materiais serão abordados e explicados no momento oportuno, quando passarem a tratar do próximo item de pauta, referente à deliberação. Sra. Jupira Cauhy reconhece a importância de que seja desenvolvido trabalho de gerenciamento social e pontua que ela, a Sra. Dulcineia Pastrello e a Sra. Ana Carolina Pereira dos Santos poderiam opinar sobre cada uma das ações propostas, por estarem envolvidas e atuarem com as famílias que serão atendidas no Subsetor A1 e também com as famílias da Comunidade Água Branca, há anos. Sugere que sejam separadas as ações relacionadas ao Subsetor A1 daquelas relacionadas à Comunidade Água Branca, reforçando que a Comunidade não está inserida no Subsetor A1. Destaca que há grande confusão no Relatório da Diagonal quanto à compreensão dos trabalhos referentes à Comunidade Água Branca e à demanda do Subsetor A1, que é oriunda das Favelas do Sapo e Aldeinha, esta última nem mesmo mencionada no próprio Relatório. Considera ser necessário que SEHAB revise o Relatório elaborado, conforme já solicitado anteriormente, assim como a parte do PTS que trata do trabalho social em andamento, por avaliar que os documentos apresentam informações imprecisas e ignoram a atuação da sociedade civil na busca ativa das famílias. Pede maior detalhamento e justificativa dos trabalhos constantes no PTS que compõem o valor total apresentado para o Subsetor A1. Sra. Maria Elena Ferreira da Silva, representante titular do Movimento de Moradia com Atuação na Região, cumprimenta a todos e complementa a fala da Sra. Jupira Cauhy no que diz respeito à falta de consideração com o trabalho desempenhado pela sociedade civil na área da OUCAB, pontuando que as ações da Diagonal no território não são evidentes. Relata que perdeu o início da reunião porque o novo horário de convocação é incompatível com o horário de trabalho dos representantes da sociedade civil, descrevendo as dificuldades enfrentadas. Reforça que essa situação que se repetiu com outros representantes, razão pela qual solicita que a questão seja revista e que seja retomado o horário habitual de realização das reuniões presenciais. Quanto ao trabalho social, sugere que englobe trabalho psicológico junto às famílias que há mais de 20 anos esperam pelas moradias. Sra. Denise Lopes de Souza esclarece que o valor apresentado no PTS se refere a trabalho social futuro, a ser desenvolvido a partir do próximo ano, no Subsetor A1, conforme eixos, atividades e cronograma de 36 meses especificados, sem que cubra qualquer serviço já executado. Acata a sugestão da Sra. Jupira Cauhy de separar os trabalhos a serem desenvolvidos na Etapa 1 do Subsetor A1 daqueles referentes à Comunidade Água Branca, considerando ser importante esse aprimoramento. Sra. Jupira Cauhy pontua que também deve ser mencionado o trabalho do Conselho Gestor de ZEIS quando fo-

rem tratadas as questões da Comunidade Água Branca. Na sequência, Sr. Luis Oliveira Ramos ressalta que a reunião teve início às 16h00 com a participação de representantes titulares e suplentes, conforme previsto no Regimento Interno. Consulta os presentes sobre o prosseguimento da reunião, destacando já ter alcançado as duas horas de duração definidas no Regimento e ainda restar um item de pauta a ser tratado. Após a discussão dos presentes e a indicação das Sras. Jupira Cauhy e Severina Ramos do Amaral da Silva de que o tempo poderia ser insuficiente para os esclarecimentos e ajustes necessários nos documentos encaminhados como subsídio à deliberação, o Grupo de Gestão decidiu, por unanimidade, reprogramar o item III da Ordem do Dia para reunião extraordinária, com data e horário a serem definidos posteriormente. Tendo sido concluídos os demais itens de pauta, Sr. Luis Oliveira Ramos registra que foram recebidos questionamentos também via chat do YouTube, referentes à entrega e produção das unidades habitacionais do Subsetor A1 e à programação de intervenções viárias com previsão de entrega até 2023. Sobre o primeiro ponto, esclarece que o início de obras das unidades habitacionais no Subsetor A1 está programado para 2021, com previsão de conclusão até 2023, conforme cronograma apresentado durante a reunião. Quanto às intervenções viárias, explica que se referem ao prolongamento da Av. Auro Soares de Moura Andrade e à extensão da Av. Pompéia, também com previsão de conclusão até 2023. Sra. Jupira Cauhy reitera a manifestação da Sra. Maria Elena Ferreira da Silva sobre o horário de realização da reunião, pedindo para que seja considerada a possibilidade de início mais tarde, conciliando com o horário de trabalho e questões de dinâmica familiar dos representantes da sociedade civil. Nesse sentido, solicita que seja feita consulta prévia por e-mail para verificar a disponibilidade dos participantes. Sr. Luis Oliveira Ramos esclarece que os representantes, tanto do poder público quanto da sociedade civil, foram consultados previamente quanto ao horário da reunião e que a solução buscou atender às possibilidades de todos, bem como às limitações e orientações da SPUrbanismo no período de distanciamento social decorrente da pandemia. Informa que o processo está sendo aprimorado a cada reunião, inclusive nos Grupos de Gestão das demais operações urbanas, e que a Coordenação continuará buscando soluções para agregar o maior número de pessoas possível nas próximas reuniões. Sra. Patrícia Sarno reforça que os representantes serão oportunamente consultados sobre possível data para realização da reunião extraordinária acordada, para tratar do item III da Ordem do Dia, referente à Deliberação sobre a restituição, com recursos da conta de CEPAC, do valor utilizado para pagamento do trabalho social realizado em 2015/2016 para a conta de Outorga Onerosa. Não havendo mais manifestações, Sr. Luis Oliveira Ramos agradece a presença de todos e encerra a reunião às 18h35.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
- SMDU			
Representante Titular	LUIS OLIVEIRA RAMOS		
Representante Suplente	MARIA STELLA C. DE OLIVEIRA	AUSENTE	
SÃO PAULO URBANISMO			
Representante Titular	LUCY MARIA FEIJÓ ESTEVES		
Representante Suplente	GUILHERME FLOCOMO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS			
- SIURB			
Representante Titular	PEDRO L DE CASTRO ALGOODAL		
Representante Suplente	EDUARDO MINORU NAGÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES - SMT			
Representante Titular	HIDELY CODIGNOLI		
Representante Suplente	DENISE MARIA S DIAS GOMES		
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SEHAB			
Representante Titular	MARIA JOSÉ DO PRADO SILVA		
Representante Suplente	NILSON EDSON LEONIDAS		
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE			
- SVMA			
Representante Titular	ERIKA VALDMAN	AUSENTE	
Representante Suplente	RUBENS BORGES	AUSENTE	
SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB			
Representante Titular	LEONARDO WILLIAM CASAL SANTO	AUSENTE	
Representante Suplente	THITO COELHO CASSIMIRO	AUSENTE	
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SF			
Representante Titular	WILSON CABRAL DA SILVA		
Representante Suplente	MARIZA ALVES FIGUEIREDO	AUSENTE	
SÃO PAULO OBRAS - SPObras			
Representante Titular	ANTONIA RIBEIRO GUGLIELMI		
Representante Suplente	LEONARDO VIEIRA FIORATTI		
ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL - INSTITUTO ROGACIONISTA SANTO ANÍBAL			
Representante Titular	DULCINEIA PASTRELLO		
Representante Suplente	ADRIANA PATRÍCIA BOGAJO		
ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS OU DE PESQUISA			
Representante Titular	LAISA ELEONORA M STROHER		
Representante Suplente	PAULA FREIRE SANTORO	AUSENTE	
EMPRESÁRIO COM ATUAÇÃO NA REGIÃO			
Representante Titular	VLADIMIR JOSÉ ISZLAJI		
Representante Suplente	LARISSA GARCIA CAMPAGNER	AUSENTE	
MOVIMENTO DE MORADIA COM ATUAÇÃO NA REGIÃO			
Representante Titular	MARIA ELENA FERREIRA DA SILVA		
Representante Suplente	JOSÉ DE JESUS FERREIRA DA SILVA	AUSENTE	
MORADORES OU TRABALHADORES DO PERÍMETRO DA OPERAÇÃO URBANA			
Representante Titular	JUPIRA CAUHY		
Representante Titular	CAIO BOUCINHAS		
Representante Titular	ILMA MARIA SANTOS DE PINHO		
Representante Suplente	EMERSON DA SILVA AUSENTE		
Representante Suplente	ANA CAROLINA P DOS SANTOS		
Representante Suplente	GISELE FERREIRA A SANT'ANA	AUSENTE	
MORADORES OU TRABALHADORES DO PERÍMETRO EXPANDIDO DA OPERAÇÃO URBANA			
Representante Titular	LEONOR GALDINO DA SILVA	AUSENTE	
Representante Titular	SEVERINA RAMOS DO AMARAL		
Representante Suplente	ALEXANDRO FERNANDES DA SILVA	AUSENTE	
Representante Suplente	MARIA CRISTINA DE C S AKEL AYOUB		

PROCESSO SEI Nº 7810.2020/0000278-1 ATA DA 169ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OPERAÇÃO URBANA CENTRO

REALIZADA EM 15/06/2020

PLATAFORMA MICROSOFT TEMAS

Às 14h39 do dia 15 de junho de 2020, na plataforma Microsoft Temas, a Sra. Joyce Reis Ferreira da Silva, representante titular da São Paulo Urbanismo, toma a palavra, cumprimenta cordialmente os presentes e inicia a 169ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva da Operação Urbana Centro. Pauta: Expediente: I. Verificação de Presença; II. Portarias de Nomeação: a. Publicação D.O.C. - Portaria SGM 78, de 06 de março de 2020, designa o senhor ALEXANDRE DE LUCA BERGAMINI, para, na qualidade de titular, e como representante da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes, integrar o Grupo Técnico de Trabalho da Operação Urbana Centro; b. Publicação D.O.C. - Portaria SGM 106, de 06 de abril de 2020, designa o senhor EDUARDO MINORU NAGAO, para, na qualidade de suplente, e como representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, integrar o Grupo Técnico de Trabalho da Operação Urbana Centro; III. Leitura e Aprovação da Ata: 168ª Reunião Ordinária (17/02/2020); IV. Informe: Lei 17.335/2020; Ordem do Dia: I. Aspectos Financeiros; II. Andamento das Intervenções; a. Censo de Cortiços, HIS Sete de Abril, Rua do Gasômetro; b. Quadro Físico-Financeiro Trimestral Geral; III. Proposta de participação na OU Centro, nos termos do inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.349/97 - Análise Técnica e Urbanística: a. Regularização de Edificação e Reforma com Aumento de

Área; b. Proposta SP Urbanismo CE-0141; c. Processo 2016-0.254.869-9; d. Regularização de edificação inserida na área de abrangência da OU Centro; e. Lei 12.349/1997, Lei 8.006/74; pela Lei 13.885/2004 e em MEM/Setor III - Central pela Lei 16.050/2014; f. Localização: imóvel situado à Rua General Couto de Magalhães, 342, 348 I Rua Mauá, 378, 382, 386, 390, 394, 396, 40- 406, 410, 416, 418 I Avenida Cásper Líbero, 547, 605 - São Paulo; g. Contribuinte(s): 001.019.012-0, 0017-1, 0025-2, 0026-0, 0027-9, 0028-7, 0029-5, 0030-9, 0031-7, 0032-5, 0063-5, 0309-1, 0031-7, 0032-5, 0029-5, 0030-9, 0028-7, 0027-9, 0025-2, 0026-0, 0063-5, 0012-0, 0017-1; h. zona de uso ZCPa; subcategoria de uso nR1 e nR2; IV. Solicitação de recursos para Projeto de EHIS – WPA; V. Informe sobre o andamento do PIU Setor Central. Para início da 169ª Reunião Ordinária, foi verificado o quórum, com os seguintes participantes: Vanessa Padiá de Souza, representante titular de SEHAB; Daniela Perre Rodrigues, representante suplente de SEHAB; Eduardo Della Manna, representante titular do SECOVI; Simone Ferreira Gatti, representante titular do IAB-SP; Guido D' Elia Otero, representante suplente do IAB-SP; Joyce Reis Ferreira da Silva, representante titular da SPUrbanismo; Kátia Canova, representante Suplente da SPUrbanismo; Suely Mandelbaum, representante titular do Movimento Defesa São Paulo; Larissa Garcia Campagner, representante titular da Associação Comercial de São Paulo – AASP. Após o início da reunião, também acessaram a reunião virtual os seguintes representantes: Clara Cascão Nassar, representante titular do Instituto de Engenharia – IE; Rosane Cristina Gomes, representante titular da SMDU; Luciana Bedeschi, representante suplente do Centro Gaspar Garcia; Francisco de Assis Comaru, representante titular do Centro Gaspar Garcia; Lia Mayumi, representante titular da SMC; Juliana Kallas, representante suplente do SECOVI. Sra. Patrícia Saran, Gerente de Gestão Participativa e responsável pela Secretaria Executiva deste órgão colegiado, é convidada a apresentar o item II do expediente da pauta, lendo as portarias de nomeação, ressaltando serem ambas as nomeações designadas para a composição do Grupo de Trabalho técnico da Comissão Executiva da Operação Urbana Centro – GTT OUCentro. Segue com o item III da pauta, sobre a aprovação da minuta da ata da 168ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva da Operação Urbana Centro – CE OUCentro, que fora encaminhada por correio eletrônico, não havendo manifestações prévias. A ata é aprovada sem declarações contrárias, registrada a abstenção do SECOVI, em decorrência de sua ausência àquela reunião. Sra. Denise Lopes de Souza é convidada para apresentar o item IV do expediente, a fim de informar sobre a Lei Municipal nº 17.335/2020, explicando que, em seu art. 8º, a lei autoriza a transferência, à conta única do Tesouro Municipal, dentre os quais constam os fundos das operações urbanas, devendo ser apresentado, caso solicitado, cronograma de desembolso e, posteriormente, o ressarcimento. Destaca o artigo 14, específico dos recursos de outorga ou CEPAC. Explica que os fundos das operações urbanas só serão acionados caso sejam esgotados os recursos dos demais fundos elencados no artigo 8º. Esclarece que não houve, até o momento, qualquer solicitação de desembolso pela Secretaria de Governo e ressalta que, caso ocorra, os representantes serão prontamente informados. Passada à Ordem do Dia, Sra. Maria De Fátima Do N. Niy, Gerente de Gestão Financeira da SPUrbanismo, apresenta dos aspectos financeiros. Comunica que o quadro consolida as informações até 30 de abril de 2020, com evolução entre janeiro e abril de 2020. Destaca evolução de receita financeira líquida de R\$ 407.561,00 e desvinculação de R\$ 259.277,00, informando total de receitas de R\$ 67.020.222,00 em 30 de abril de 2020. Apresenta total de despesas com intervenções concluídas, de R\$ 12.540.702,00, sem evolução no período. A respeito das intervenções em andamento, não houve evolução no período. Contudo, destaca que o quadro foi atualizado com base na Resolução 0017/2020, que trata da complementação de recursos para executar a HIS Sete de Abril. As despesas com intervenções em andamento perfazem R\$ 23.235.391,00, totalizando as despesas em R\$ 35.776.094,00, restando saldo disponível para decisão de R\$ 7.338.435,00. Sem manifestações, prossegue-se a pauta, sobre o item II. a) detalhamentos das intervenções. Sra. Vanessa Padiá de Souza, representante titular pela SEHAB, informa sobre as intervenções de SEHAB. Sobre o Censo de Cortiço, houve solicitações de revisão do Termo de Referência pelo setor de licitações de SEHAB, apontando diversos pontos de discussão que demandaram revisões que estavam em curso quando a pandemia da COVID-19 foi deflagrada. Com pesar, informa que o cronograma se encontra bastante atrasado e que está evitando esforços para sanar as questões o mais breve possível. Sra. Simone Ferreira Gatti solicita então o panorama geral do Censo de Cortiços; afirma que a CE OU Centro não recebeu posicionamento, que a última informação recebida foi que estava em preparação para nova licitação estava em processo. Sra. Luciana Bedeschi, representante suplente do Centro Gaspar Garcia complementa demandando informações quanto ao prazo para que o Termo de Referência seja publicado, para que seja implementado e subsidie o PIU Setor Central, identificando ser importante para as políticas para o Centro. Sra. Giulia Godinho Ramos Ribeiro, que acompanha o caso em SEHAB, é convidada a esclarecer sobre quais aspectos do Termo de Referência foram alterados. Inicialmente as mudanças ocorreram para adequar à natureza da licitação, que foram contempladas pelo Departamento de Planejamento da SEHAB/Deplan. Em decorrência da pandemia da COVID-19, nova revisão do Termo de Referência está sendo realizada para prever formas de trabalho durante o período de isolamento social, sendo revista a forma de entrada nas residências, em que se desaconselham essas formas de contato em prol da garantia da saúde pública. Sra. Vanessa Padiá de Souza espera que o Termo de Referência já esteja concluído por SEHAB/Deplan até meados de junho de 2020, que deverá ser novamente submetido ao setor de licitações de SEHAB e, por fim, seja realizada a licitação. Sra. Simone Ferreira Gatti retorna que o Termo de Referência fora aprovado pela Comissão Executiva da OU Centro, que não havia motivos para alterar o Termo de Referência, somente o edital de licitação, pois houve decisão de SEHAB para que o processo deixasse de ser por meio de chamamento, mas por meio de licitação na modalidade técnica e preço. Esclarecidos os esforços de SEHAB, Sra. Vanessa Padiá de Souza, pondera que, em que pese concordar que o Termo de Referência do processo anterior estava pronto, consideraram importante adequá-lo ao atual cenário epidemiológico, repensando a metodologia das visitas de campo. Sra. Simone Ferreira Gatti pede encaminhar o Termo de Referência aos representantes da CE OU Centro com a máxima urgência, considerando a urgência em elaborar o Censo de Cortiços, sobretudo no cenário de pandemia, que deverá agravar a precária situação das famílias em situação de cortiços, considerando que esse processo se arrasta pela SEHAB há dez anos. Sra. Vanessa Padiá de Souza se compromete a enviar os documentos o mais breve possível. Sra. Luciana Bedeschi questiona se o Termo de Referência revisado será apreciado pela CE OU Centro, e quando ele será apresentado. Sra. Vanessa Padiá de Souza esclarece que o documento será novamente apreciado pela CE OU Centro, dado o caráter deliberativo desta Comissão Executiva. Sugere que, assim que o Termo de Referência seja finalizado, seja apreciado pela CE OU Centro na próxima reunião ordinária ou realizando reunião extraordinária, caso necessário, explicando que a modalidade de licitação será técnica e preço. Sra. Simone Ferreira Gatti pede para registrar a solicitação de que seja realizada reunião extraordinária para tratar da pauta específica do Censo de Cortiços antes da próxima reunião ordinária, solicitando que, caso não seja realizada, que a Secretaria Executiva da CE OU Centro justifique por escrito. Sra. Luciana Bedeschi discorda da realização de reunião extraordinária, pela dificuldade de realização de encontros virtuais durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19, tendo em vista ter identificado, na fala da Sra. Vanessa Padiá de Souza, que as alterações no Termo de Referência são pontuais. Sra. Denise Lopes de Souza

explica que, no cenário de pandemia, não será possível realizar reuniões ordinárias mensais da CE OU Centro, dadas as limitações em cumprir as agendas dos órgãos colegiados pelo sistema de videoconferência. Sugere encaminhamento da Comissão Executiva da OU Centro à SEHAB, destacando a urgência que o caso requer e solicitando apresentação do Termo de Referência assim que possível, de modo que o documento seja encaminhado aos representantes por correio eletrônico e apreciado mesmo se não houver a possibilidade de realização de reunião extraordinária, dadas as limitações para a realização de encontros no atual cenário. Sra. Daniela Perre Rodrigues elucida que, quando deixou de ser dispensa de licitação, o departamento de licitação de SEHAB sugeriu pregão, que foi descartado, tendo sido decidido pela modalidade de preço, sendo a forma de julgamento a de técnica e preço. Sra. Vanessa Padiá de Souza se sente contemplada pela proposta de encaminhamento, o que é consensuado entre os presentes, dada a inviabilidade de se realizar reuniões mensais da Comissão Executiva da OU Centro. Sra. Denise Lopes de Souza segue a pauta ao informar que SPUrbanismo recebeu formalmente de COHAB-SP processo administrativo solicitando recursos e previsão de início da licitação imediatamente à transferência de recursos, com previsão de início das obras em setembro de 2020, esclarecendo que o processo de licitação SEI 7610.2020/0000720-4 já foi instruído e que a transferência será realizada na semana da reunião, retomando que o recurso complementar à intervenção foi aprovado na 168ª reunião ordinária da Comissão Executiva da OU Centro. Transferidos os recursos, solicitará pauta junto ao Conselho Municipal de Habitação – CMH, para informe e que também acompanhem o empreendimento Sete de Abril, tendo em vista se tratar de locação social. O detalhamento da Rua do Gasômetro é apresentado pela Sra. Maria Tereza Stape Affleck, Gerente da Gerência de Planejamento e Monitoramento das intervenções. Demonstra histórico dos contratos e valores investidos pela OU Centro, destacando saldo de valor de R\$ 708.021,00, para complementar os serviços ainda não executados. Apresenta desenho obtido junto à Municipalidade, destacando os serviços já executados. Contudo, a retomada desta intervenção junto à SPObras, Secretaria Municipal de Transportes – SMT e Ilume identifica a necessidade de executar serviços e obras complementares, informando que será realizada reunião na próxima sexta-feira 19 de junho de 2020, junto à SPUrbanismo, para compreender quais serviços serão necessários e a quais seria a participação da OU Centro. Pondera que o montante de recursos dos serviços deverá ser maior. Sem manifestação entre os presentes, avança a pauta para demonstrar o cronograma físico-financeiro. Apresenta o quadro das intervenções em andamento, destacando a Rua do Gasômetro, as obras da Praça das Artes, restando meses de medições de serviços finais para encerrar os contratos. A HIS Sete de Abril tem a previsão de finalizar em final de 2022. A execução do Censo de Cortiços, a licitar, com programação para 2020 e 2021. Sobre a requalificação dos calçadões, SPObras está realizando os projetos para a intervenção, porém não tem utilizado recursos da OU Centro, mas de outras fontes, tais como Fundurb, recursos federais e privados. Encontra-se em fase de projeto básico e tem previsão de ocorrer até 2021, destacando não ser possível ainda saber se o recurso contingenciado para os calçadões será necessário. Sra. Luciana Bedeschi se coloca com dificuldade em acompanhar os informes; solicita que as próximas pautas venham mais detalhadas, para que seja possível mais interação sobre os assuntos tratados na reunião, o que é acolhido pela Coordenação, que informa o esforço de enviar previamente os materiais para subsidiar os representantes, mas que a Coordenação está disponível para melhorar a comunicação. Sra. Joyce Reis Ferreira da Silva retira de pauta o item III da Ordem do Dia, informando que a apreciação do processo ficou prejudicada por se tratar de processo físico e, por isso, houve dificuldade de juntada do laudo de avaliação ao processo em decorrência da pandemia. Prosseguindo com o item IV da pauta, Sra. Vanessa Padiá de Souza inicia a apresentação destacando a importância deste empreendimento habitacional para o lote do antigo edifício Wilton Paes de Almeida – WPA, desde sua queda, em 1º de maio de 2018. A Sra. Denise Lopes de Souza destaca que houve autorização legislativa para o Município de São Paulo receber, da União, o terreno em que se situava o edifício que pereceu em decorrência do incêndio. SEHAB solicita da OU Centro recursos para a viabilização de novo empreendimento no local, destinado à habitação de interesse social. Sra. Maria José Gullo, Diretora de Projetos da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB/PROJ, apresenta o estudo de viabilidade que subsidiou a Municipalidade a receber o bem público federal, bem como a proposta da solicitação de recursos para projeto de HIS – WPA no Largo do Pissaudino. Explica que foi demandada, em dezembro de 2019, a projetar a reconstrução da edificação, nos termos da legislação vigente da área central. O projeto, elaborado por SEHAB/PROJ tem acesso independente pelas duas vias, com uso institucional no térreo e habitação social nos andares superiores. Apresenta o programa de necessidades estudado e prevê estudo para a utilização institucional do subsolo. O cronograma apresentado prevê prazo total de 32 meses até a conclusão das obras, sendo quatro meses para a realização de projeto executivo, licitação e obra. Não há estimativa de valor de obra, uma vez que ele é decorrente da elaboração do projeto. Apresenta os cronogramas e a solicitação de recursos. Destaca o interesse da gestão Bruno Covas em dar solução para a área, apontando dificuldades de zeladoria em manter o imóvel nas atuais condições. Sra. Luciana Bedeschi expõe dúvidas sobre o recebimento do imóvel pela Municipalidade, tendo em vista que a União publicou portal de imóveis à venda, constando este imóvel à venda por meio do portal eletrônico da União, por meio do Ministério competente pela Secretaria de Patrimônio da União. Informa que consultou a matrícula do imóvel nº 7356 junto ao Cartório de Registro de Imóveis, não encontrando averbação do contrato. Exala sua preocupação e destaca a necessidade de regularizar a situação fundiária concomitante à captação dos recursos necessários à realização da intervenção. Questiona também sobre a destinação do imóvel ao “Programa Pode Entrar” e não ao Programa de Locação Social, conforme havia sido noticiado na mídia. Nesse sentido, questiona se decisão da destinação ao Programa fora apreciada pelo Conselho Municipal de habitação – CMH. Sra. Simone Ferreira Gatti informa aos presentes que, a pedido da SMDU e da SPUrbanismo, o IAB-SP encaminhou em maio deste ano proposta de concurso público de arquitetura para a elaboração deste projeto e questiona se SEHAB tem conhecimento. Recorda que saíra na mídia que este empreendimento seria destinado à Locação Social por se tratar de local estratégico e de grande potencial de valorização. Interroga sobre qual a garantia de que o recurso deliberado será de fato destinado à elaboração do projeto. Observa que fizera questionamento em março de 2019 sobre utilização de recurso dos imóveis desapropriados pela OU Centro para o Programa Nova Luz, cuja destinação dessas áreas diversa da deliberada pela Comissão Executiva da OU Centro não foi informada. Solicita para constar em ata que ainda não recebeu retorno sobre esse questionamento. Sra. Maria José Gullo responde às perguntas, elucidando que, inicialmente, aventou-se o enquadramento do empreendimento pelo Programa Pode Entrar. Contudo, em decorrência da pandemia da COVID-19, identificou-se a urgência em se destiná-lo ao Programa de Locação Social. Pondera que talvez seja necessário retificar o contrato social para retirar o enquadramento no Programa Pode Entrar. Sobre a venda, indica que o Governo Federal gostaria que a Municipalidade adquirisse o imóvel. Contudo, em decorrência da assinatura do contrato, desconhece o porquê do imóvel continuar constando como disponível à venda e sugere que esta questão seja endereçada à Secretaria de Patrimônio da União, do Governo Federal. O imóvel foi recebido por CGPatri com ônus e onerará a pasta da habitação pelas custas cartórias. Sobre a proposta de concurso público pelo IAB-SP, a área técnica de SEHAB/PROJ não recebeu informação sobre a possibilidade de elaboração de concurso público de arquitetura para

a realização do empreendimento. Desconsidera o esboço realizado como estudo preliminar uma vez que não houve consulta oficial aos órgãos específicos, tais como CONPRESP, para avaliar a viabilidade do projeto a fim de subsidiar a tomada de decisão quanto ao recebimento do imóvel em doação. Sra. Vanessa Padiá de Souza informa que o empreendimento não foi pautado no Conselho Municipal de Habitação – CMH. Sra. Simone Ferreira Gatti solicita esclarecimento sobre proposta de SEHAB de pedido de recurso para elaboração de projeto ao mesmo tempo em que SPUrbanismo prepara concurso público para a realização do mesmo projeto, o que a diretora de SEHAB/PROJ afirmou desconhecer as tratativas. Sra. Denise assinala que houve informe da possibilidade de realização de concurso público pelo presidente da SPUrbanismo, Sr. José Armênio de Brito Cruz, em reunião da Diretoria Executiva da SPUrbanismo, porém, na existência de proposta oficial de concurso e, uma vez que a Diretoria de Implementação de Projetos Urbanos recebeu formalmente pedido de recurso de SEHAB para a elaboração de projeto, poderia deixar de encaminhar a solicitação de recurso à CE OU Centro. Sugere que a Comissão Executiva da OU Centro encaminhe pedido oficial de esclarecimento ao presidente da SPUrbanismo e aos secretários de SMDU e SEHAB, a fim de sanar a dúvida aqui identificada e, assim que houver retorno, enviará aos representantes por correio eletrônico caso seja antes da próxima reunião ordinária. Sra. Lia Mayumi considera precipitada a deliberação sobre os recursos frente às questões levantadas sobre a indefinição da forma de elaboração do projeto, seja internamente por SEHAB, seja por concurso público. Além disso, avalia ser importante que o estudo de massas seja apresentado formalmente ao CONPRESP, informando que não houve formalmente descadastramento do imóvel como bem imóvel representativo, ainda que a edificação tenha perecido ao incêndio, bem como o fato de estar em área envoltória de bem tombado, destacando a necessidade de aguardar deliberação oficial dos órgãos de preservação do patrimônio, DPH/CONPRESP, previamente à sua deliberação quanto à destinação de recursos neste órgão colegiado. Sra. Maria José Gullo elucida que sua apresentação traz estudo de viabilidade para subsidiar a tomada de decisão da Municipalidade em receber o imóvel e que, para isso, realizou conversas informais com o Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura – SMC/DPH; apresentação trazida a este colegiado para solicitação de recursos para a elaboração de projeto, o qual será submetido às consultas formais aos órgãos de licenciamento, respeitadas as normas vigentes. Sra. Lia Mayumi manifesta-se contemplada pela fala da Sra. Maria José Gullo. Sr. Francisco de Assis Comaru comenta que a intervenção é resposta à demanda dos setores populares da cidade que o empreendimento WPA seja destinado ao uso residencial de baixa renda. Destaca positivamente o esforço da administração pública em atender a esta demanda. Ressalta também o valor simbólico do local, do descaso e da tragédia habitacional de interesse social. Diante disso, é importante que seja debatida a permanência das pessoas que ocupavam o edifício no momento em que ocorreu o sinistro. Julga não se tratar de invasão, na medida que ocupavam edificação abandonada. Propõe que a edificação seja enquadrada no Programa de Locação Social, que é o único programa existente capaz de atender ao menos o perfil de renda das famílias antes residentes e, consequentemente, para que os antigos moradores tenham chance de retornar ao edifício. Reflete que devemos auxiliar e fortalecer a sociedade civil organizada e, para isso, é importante que esta edificação seja debatida no âmbito do CMH. A política pública para este projeto deve valorizar a história do local como local de moradia da população de baixa renda. Destaca a sustentabilidade do recurso público, decorrente da alta probabilidade de gentrificação do imóvel, caso seja destinado à programas de transferência de propriedade. Sugere que seja incorporado ao programa de necessidades centro de memória ao incêndio, às vítimas e ao seu caráter simbólico. Sra. Vanessa Padiá de Souza informa que, conforme conversado com o secretário de SEHAB antes da reunião, o empreendimento será destinado ao Programa de Locação Social e a seleção da demanda será discutida junto ao CMH. Reconhece o alto valor do imóvel em região central e concorda ser oportunidade de atender a população de menor renda. Quanto aos antigos residentes, a possibilidade de atendimento deles na edificação deverá ser fruto de debate junto ao CMH. Sr. Guido D' Elia Otero enfatiza o caráter emblemático do empreendimento e concorda que o envolvimento e participação da sociedade civil é fundamental, inclusive na definição do programa de necessidades dos usos institucionais da edificação. Solicita detalhes do cronograma, para compreender os próximos passos para a intervenção, independente da forma de elaboração de concurso público ou de elaboração interna à SEHAB. Solicita tabela de áreas, por correio eletrônico, a fim de garantir que o coeficiente de aproveitamento máximo igual a seis vezes a área do terreno seja alcançado. Debate sobre questões de projeto observadas a partir do material enviado, relativas à relação com a praça pública e questões de iluminação e ventilação natural, além de ponderações de caráter técnico. Segue-se debate. Sra. Patrícia Saran informa terem ultrapassado duas horas de reunião; sugere que se dê continuidade das falas e que, compreendidas as questões de projeto e da forma de elaboração do mesmo, sejam encaminhadas as questões à SEHAB e ponderar se o assunto seja objeto de pauta para a próxima reunião da Comissão Executiva da OU Centro. Sra. Denise Lopes de Souza acredita ser necessário verificar as questões levantadas e, a depender das respostas, considerar a pertinência em manter a solicitação de recursos por SEHAB, podendo o projeto e seus detalhamentos ser pautado em reunião específica. Prosseguindo a pauta em seu item V, Sr. Luís Oliveira Ramos, Diretor de Desenvolvimento da SPUrbanismo explana sobre o andamento do Projeto de Intervenção Urbana Setor Central – PIU SCE. Retoma as agendas participativas realizadas e as etapas posteriores até a redação de proposta de minuta de Projeto de Lei – PL, que foi encaminhada à SMDU em final de abril de 2020, aguardando manifestação de SMDU para prosseguimento. Em paralelo, organizam alternativas para a realização de audiência devolutiva dada as limitações decorrentes do cenário de pandemia da COVID-19. Sra. Luciana Bedeschi questiona o cronograma de prazos e atividades, o que Sr. Luís Oliveira Ramos responde que aguarda material da SMDU em junho, esperando que o PL seja encaminhado à Câmara Municipal de São Paulo - CMSP entre julho e agosto, a depender da necessidade de aprofundamento decorrente de eventuais questionamentos levantados por SMDU. Sra. Simone Ferreira Gatti recupera que representou o IAB-SP em reunião junto ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano - Fernando Chucré, em 13 de março de 2020 cuja manifestação da sociedade civil ali presente enviara, a pedido do Secretário, por correio eletrônico. Questiona se o material foi apreciado por SPUrbanismo/DDE. Sr. Luís Oliveira Ramos informa que houve questionamentos contemplados decorrentes daquele encontro, mas verificará se o documento já consta como respondido junto ao documento de devolutiva do processo participativo. Destaca, dentre as demandas daquela reunião, que a ampliação da destinação de recursos de outorga onerosa do direito de construir – OODC, de 30% para 40%; alteração do perfil de destinação da demanda de HIS, anteriormente até três salários mínimos, para até dois salários mínimos. Sra. Suely Mandelbaum solicita resposta à sugestão enviada por correio eletrônico, para incluir capítulo no PIU SCE sobre futuras pandemias. Questiona também sobre a audiência pública que foi cancelada. Sr. Luís Oliveira Ramos informa que o objetivo da audiência pública é realizar devolutiva, que apresente a versão consolidada junto à SMDU à Sociedade Civil. Pondera que este momento ainda não chegou, pois ainda não há minuta final de Projeto de Lei, bem como houve atraso decorrente do estado de emergência decorrente da pandemia da COVID-19. Lembra que o processo participativo não se encerra com o envio do projeto de Lei à Câmara Municipal de São Paulo – CMSP, pois também haverá processo participativo pela Casa Legislativa. Esclarece que a proposta de minu-

ta de PL foi estruturada pouco antes da pandemia da COVID-19, mas que questões urbanísticas de combate e convívio pós-pandemia estão sendo debatidas junto à SMDU. Pondera que capítulo específico talvez não faça sentido em decorrência da especificidade de cada cenário pandêmico, mas avalia que o PIU SCE contribuiu indiretamente por meio de instrumentos de valorização de espaços públicos que colaboram com o convívio seguro, exemplificando ciclovias, bem como a provisão de habitação de interesse social para as famílias que já residem no centro. Sra. Joyce Reis Ferreira da Silva segue com informes gerais e passa a palavra a Sra. Patrícia Saran, que esclarece ter recebido as solicitações da Sra. Suely Mandelbaum, por correio eletrônico e E-SIC, encaminhando às secretarias e órgãos competentes, sobre as ações de combate à pandemia da COVID-19, mas que ainda aguarda retorno oficial para as respostas, sobretudo sobre ações do Gabinete da Prefeitura Municipal de São Paulo, uma vez que a SPUrbanismo não tem governança sobre as ações contra a pandemia da COVID-19 nas áreas centrais. Sra. Denise Lopes de Souza complementa os encaminhamentos dados aos questionamentos, pois ainda há prazo legal para as respostas. Neste interim, destaca que houve matéria veiculada na mídia, com o Secretário da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, que será encaminhado por correio eletrônico. Sra. Patrícia Saran informa a todos que ainda não é possível agendar o próximo encontro, mas a SPUrbanismo/GGP fará, oportunamente, consulta aos representantes sobre data de próxima reunião. Sra. Simone Ferreira Gatti pede a palavra e informa que irá encaminhar, por e-mail, o pedido de esclarecimento sobre os imóveis desapropriados com recursos da OU Centro para o Programa Nova Luz e que tiveram destinação diferente. Não havendo mais nada a ser tratado, Sra. Joyce Reis Ferreira da Silva agradece a todos, e encerra a 169ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva da Operação Urbana Centro às 17h41. A equipe da Gerência de Gestão Participativa – SPUrbanismo/GGP lavrou a presente ata, em 01 (uma) via que, após análise e aprovação, foi devidamente assinada pelos representantes presentes.

SÃO PAULO URBANISMO
Representante Titular JOYCE REIS FERREIRA DA SILVA
Representante Suplente KÁTIA CANOVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB
Representante Titular VANESSA PADIÁ DE SOUZA
Representante Suplente DANIELA PERRE RODRIGUES
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC
Representante Titular LIA MAYUMI
Representante Suplente VALDIR ARRUDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU

Representante Titular ROSANE CRISTINA GOMES
Representante Suplente FLÁVIA TALIBERTI PERETO AUSENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – CMSP
Representante Titular PAULO FRANGE AUSENTE
Representante Suplente JAINAINA LIMA AUSENTE
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO - ACSP
Representante Titular LARISSA GARCIA CAMPAGNER
Representante Suplente MARCELO FLORA STOCKLER AUSENTE
ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO
Representante Titular MARCO ANTONIO RAMOS DE ALMEIDA AUSENTE
Representante Suplente NEILÂNDIA MARIS DE ALMEIDA AUSENTE

CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS
Representante Titular FRANCISCO DE ASSIS COMARU
Representante Suplente LUCIANA BEDESCHI
FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS – FEBRABAN
Representante Titular ÁLVARO LUIZ PEREZ FILHO AUSENTE
Representante Suplente LARISSA CARLIN FURLAN AUSENTE
INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL - IAB
Representante Titular SIMONE FERREIRA GATTI
Representante Suplente GUIDO D'ELIA OTERO
INSTITUTO DE ENGENHARIA
Representante Titular CLARA CASÇÃO NASSAR
Representante Suplente MARCOS MOLITRERO AUSENTE
MOVIMENTO DEFENSA SÃO PAULO
Representante Titular SUELY MANDELBAUM
Representante Suplente SERGIO PAULO LIVOVSCHI AUSENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO - SECOVI
Representante Titular EDUARDO DELLA MANNA
Representante Suplente JULIANA KALLAS NASSIF
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIAMENTOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO – CUT
Representante Titular ANATIANA ALVES ROSA AUSENTE
Representante Suplente MARCELO GONÇALVES AUSENTE

PROCESSO SEI Nº 7810.2020/0000223-4

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

À vista das informações constantes no presente processo para atender à legislação pertinente, **AUTORIZO** o empenho em favor da SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO, CNPJ 74.118.514/0001-82, para pagamento de reembolso de pessoal cedido para prestar serviços técnicos nesta São Paulo Urbanismo, com fundamento legal na legislação municipal vigente.

Em decorrência, emita-se nota de empenho no valor de R\$ 22.764,13 (vinte e dois mil, setecentos e sessenta e quatro reais e treze centavos) para o presente exercício, que onerará a dotação 05.10.15.122.3024.2100.3.1.91.96.00 com recursos da fonte 09.

A fiscalização deste contrato será exercida por Valdete A. de Oliveira Soares, RF 04962-0

PROCESSO SEI Nº 7810.2020/0000225-0

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

À vista das informações constantes no presente processo para atender à legislação pertinente, **AUTORIZO** o empenho em favor da SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DE SÃO PAULO, CNPJ 46.392.130/0001-18, para pagamento de reembolso de pessoal cedido para prestar serviços técnicos nesta São Paulo Urbanismo, com fundamento legal na legislação municipal vigente.

Em decorrência, emita-se nota de empenho no valor de R\$ 3.569,28 (três mil e quinhentos e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos) para o presente exercício, que onerará a dotação 05.10.15.122.3024.2100.3.1.91.96.00 com recursos da fonte 09.

A fiscalização deste contrato será exercida por Valdete A. de Oliveira Soares, RF 04962-0

PROCESSO SEI Nº 7810.2019/0000920-2

EXTRATO DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE GESTÃO DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA FARIA LIMA

DATA DA REUNIÃO: 11 DE AGOSTO DE 2020

LOCAL: PLATAFORMA ELETRÔNICA MICROSOFT TEAMS.

PAUTA DA REUNIÃO: I. Verificação de Presença; II. Portarias de Nomeação: a. Publicação D.O.C. – Portaria SGM 130, de 11 de maio de 2020, designa o senhor RODOLPHO FURLAN RODRIGUES, e a senhora VANESSA DE LIMA BENEDITO, para, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, e como representantes da Secretaria de Governo Municipal, integrem o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Faria Lima; b. Publicação D.O.C. – Portaria SGM 193, de 10 de julho de 2020, designa as senhoras LARA CAVALCANTI RIBEIRO FIGUEIREDO e FLÁVIA TALIBERTI PERETO, para, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, e como representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, integrem o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Faria Lima; III. Leitura e aprovação da ata da 44ª Reunião Ordinária (05/05/2020) do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Faria Lima. Ordem do Dia: I. Controle de Estoques; II. Aspectos Financeiros;